

# Desenvolvimento Endógeno e Interação Horizontal: Novas Perspectivas do Desenvolvimento Econômico Local

M. M. S. Santiago

*Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 49100-000, São Cristóvão Se, Brasil*

*geoufs@hotmail.com*

*(Recebido em 08 de setembro de 2010; aceito em 23 de setembro de 2011)*

---

O presente estudo apresenta uma discussão sobre as teorias de desenvolvimento endógeno no âmbito local, salientando a importância das interfaces e interações nas diferentes esferas sociais e administrativas de modo horizontal. As relações horizontais, ao contrário das verticalizadas, permitem análises aprofundadas sobre os pontos favoráveis e desfavoráveis para aderir a um determinado empreendimento. Para a consecução dessa análise foi necessário a revisão da literatura de autores locais, assim como a apreensão das teorias clássicas a fim de relacionar com a atual conjuntura socioeconômica. Nessa perspectiva, esse trabalho se propõe na contribuição de evidenciar a importância da participação coletiva entre gestores e atores sociais para proporcionar o desenvolvimento local de forma permanente e não efêmera. Por isso, é salutar a apuração das vocações locais que permitirá a inserção do conhecimento tácito no processo de desenvolvimento local. A partir dessas interações o desenvolvimento local é substancial, pois ocorrerá a conexão das vocações locais junto ao conhecimento codificado, ou seja, o conhecimento técnico que é sistematizado em padrões universais. Dessa maneira se funda as condicionantes para os processos de estruturação e organização espacial favoráveis a todos os membros.

Palavras-chave: relações horizontais, vocações locais, desenvolvimento local

This study presents a discussion of the theories of endogenous development at the local level, stressing the importance of interfaces and interactions in different spheres of social and administrative landscape mode. Horizontal relationships, in contrast to vertical, allowing detailed analysis about the good and bad points to adhere to a particular enterprise. To achieve this analysis was necessary to review the literature from local authors, as well as the seizure of the classical theories in order to relate the current socioeconomic situation. From this perspective, this work aims at contributing to highlight the importance of collective participation from managers and social actors to provide the local development of a permanent rather than ephemeral. So it is salutary to investigation of local vocations that allow the inclusion of tacit knowledge in local development process. From these interactions the development site is substantial and occurs because the connection of local vocations with the codified knowledge, or technical knowledge that is systematized in universal standards. So if the fundamental conditions for the processes of structure and spatial organization in favor of all members.

Keywords: horizontal relationships, vocations local, local development

---

## 1. INTRODUÇÃO

As teorias de desenvolvimento endógeno no âmbito local se fortaleceram com as alterações da economia mundial, como a abertura das economias nacionais e a flexibilização da produção. Esses elementos contribuíram para o aceleração de fluxos migratórios (mão-de-obra), mercadorias, monetário e de informações, trazendo consigo conseqüências multifacetadas.

Após a abertura das economias nacionais intensificou a migração de indústrias, predominando a busca pelos incentivos fiscais ofertados pelo Estado local. Porém, estas ações contribuem para a instabilidade econômica dessas novas regiões, tornando-as vulneráveis aos deslocamentos das indústrias. Esta vulnerabilidade econômica das regiões industriais contribuiu para o declínio de muitas regiões tradicionalmente industriais que não se adaptaram às inovações do mercado, impossibilitadas de concorrer com as novas regiões industriais.

É importante ressaltar que a manutenção de uma empresa em determinado lugar atualmente, requer a oferta de subsídios e inovações constantes. Nessa lógica, compreende-se a configuração

espacial das guerras fiscais, desde a escala local à global. Assim, as estratégias e investimentos são constantes para enfrentar os desafios da nova economia e angariar a permanência no mercado.

Vários teóricos se debruçaram em estudos de desenvolvimento endógeno para melhor compreender tal processo, como também propiciar o desenvolvimento de regiões através da auto-gestão, ou seja, fortalecimento do governo local em relação ao Estado central.

Neste trabalho será discutido o desenvolvimento endógeno tendo como base análises anteriores de autores que abordaram em seus estudos esta temática, destacando-se Amaral Filho, Hadjimichalis, Hudson e Garcez, além de outras análises que consideraram essas teorias em estudos de casos. A partir do pensamento destes autores serão apresentados os conceitos de desenvolvimento local e de outros elementos intrínsecos a essa temática. Posteriormente, ocorrerá a análise destas dimensões através da inter-relação de todos os agentes participativos, como o Estado, as empresas e os atores sociais.

## 2. DISCUSSÕES TEÓRICAS

O desenvolvimento local é consolidado através da mediação entre os poderes central e local, através das relações horizontais, permitindo a participação de todos os agentes, desde a tomada de decisões, planejamento até a concretização das ações.

As ações coletivas, ao contrário das ações hierarquizadas formam a economia social, que segundo Hadjimichalis e Hudson (2007) não se refere apenas à atividade lucrativa apontada para satisfazer as necessidades sociais, mas constitui um largo alcance de atividades que tem o potencial para fornecer oportunidades às pessoas e às comunidades locais a tomar parte em todas as fases do processo de regeneração e criação de trabalho econômico local, da identificação de necessidades básicas à operacionalização de iniciativas que motivem a cooperação.

Na compreensão da análise reflexiva desses autores, pode-se imbricar o conceito de Putnam referente ao Capital Social: *o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas* (2000, p. 177). Na sinergia dessas idéias, verifica-se a importância da ação protagonista dos atores sociais para o desenvolvimento endógeno de modo sustentável.

Parafraseando Pereira (2007), pode-se afirmar que o capital social constitui uma ferramenta essencial para os estudos e análises de desenvolvimento urbano capaz de mobilizar a comunidade local através de redes comunitárias horizontais, de reciprocidade e de confiança.

O suprimento das necessidades sociais deve ser efetuado através da participação democrática de todos. Um exemplo de estratégia de desenvolvimento é o Orçamento Participativo, citado por Hadjimichalis e Hudson (2007), como uma ação comunitária de sucesso que se caracteriza pela presença de assembleias públicas municipais que elegem representantes da comunidade para participar das discussões, votações e aprovação da lei orçamentária do município. Assim, os representantes da comunidade avaliam as principais necessidades a serem atendidas. Ressalta-se que este modelo ao contrário dos demais modelos que serão abordados a seguir surgiu em um país emergente, o Brasil, na década de 1980 em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

A nova economia regional surgiu em regiões de Países desenvolvidos, como o oeste dos Estados Unidos, o nordeste da Itália, além da presença dos tecnopolos em outras regiões da Europa e Japão. Esses bem sucedidos exemplos são seguidos por outras regiões em todo o mundo, independente do nível de desenvolvimento. Mas, como Amaral Filho (2002) afirma que os pioneiros a realizarem essas experiências estavam em um momento de transição da economia mundial. Assim, obtiveram a oportunidade de vivenciar ao mesmo tempo a economia tradicional caracterizada pela rigidez na produção, e a ação verticalizada do Estado central, como também a nova economia, caracterizada pela flexibilidade e descentralização do poder central, através da participação ativa do poder local.

Assim, esse modelo não deve ser aplicado integralmente em outras regiões, pois são momentos, espaços, técnicas e informações diferentes. Logo, não se devem importar modelos,

mas sim renová-los e adaptá-los às reais necessidades de cada lugar para poder proporcionar de forma harmoniosa o desenvolvimento socioeconômico.

Esse modelo que emergiu a cerca de cinquenta anos atrás é caracterizado pela introdução de novos elementos na economia. Entre eles destacam-se a aglomeração de micro, pequenas e médias empresas, que se unem para se fortalecerem no mercado e aumentar a concorrência no mercado local e externo.

Para efetivar a comercialização fora do seu entorno é necessário a implantação de técnicas no espaço para gerar a circulação, ou seja, os fluxos de mercadorias através da infra-estrutura das vias de transporte que viabiliza a redução da escala tempo/espaço aumentando a fluidez não só dos fluxos de mercadorias, mas migratórios, de capital e conhecimento.

Quanto a essa relação espaço-temporal Carlos salienta que a “busca é a diminuição do tempo do percurso e não do espaço do percurso” (1996, p. 28), ou seja, o espaço não foi reduzido, ele continua concreto, mas o que ocorreu foi a redução ou até mesmo a abolição do tempo que se comprova pela instantaneidade das comunicações na atual era tecnocientífica.

Porém, deve-se salientar o pensamento de Massey (2000) que não é somente a economia que determina o espaço e o lugar, mas o conjunto de todas as experiências e vivências. Nessa perspectiva, pode-se compreender a definição de Santos de rede como um elemento sociotécnico enfatizando a relação homem/meio, ou seja, as sociabilidades que ocorrem nos lugares.

Os fluxos migratórios se afirmam nessa lógica em dois viéses. O primeiro é o fluxo da força de trabalho desqualificada que mesmo na era das inovações tecnológicas esse tipo de mão-de-obra ainda é muito requisitada em decorrência da baixa remuneração paga. Assim, verifica-se que esse tipo de deslocamento ocorre, sobretudo da migração das áreas rurais e dos pequenos centros urbanos para as cidades de médio e grande porte. Esse deslocamento pode ser justificado pela ausência de ações democráticas dos gestores locais dessas pequenas localidades para proporcionar junto à comunidade empreendimentos capazes de abstrair as vocações locais e consequentemente assegurar o bem estar social.

Quanto ao segundo tipo de fluxos, o de cérebros, a escala de abrangência é interplanetária, são requisitados pelos grupos empresariais que investem em pesquisas constantemente e pela permanência e supremacia no mercado global. Assim, verifica-se a lógica contraditória do capitalismo, onde os extremos da força de trabalho são ferramentas essenciais para assegurar a expansão desse sistema econômico.

Cabe ainda ressaltar, o fluxo das empresas que se deslocam à busca de incentivos fiscais concedidos por gestores locais, além da ausência de fiscalização e a baixa remuneração da força de trabalho disponível no exército de reserva dessas localidades.

Na consonância dessa discussão, deve-se ressaltar a concepção de Amaral Filho sobre a transferência do poder central para os poderes locais. Segundo esse autor, desse modo, é mais fácil identificar as vocações locais, pois o poder local está mais próximo dos atores sociais e grupos industriais. Assim, o desenvolvimento econômico tende a se efetivar quando há participação do poder público de maneira descentralizada, pois as ações verticalizadas são imperativas e tendem a fracassar.

### **3. ESTRATÉGIAS FORMADORAS DOS SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS**

Dentre as estratégias formadoras dos sistemas produtivos locais, Amaral Filho destaca os distritos industriais, os ambientes inovadores e os clusters. Porém, vale ressaltar que existem outros modelos além desses e independente da nomenclatura, todos se referem à espacialização de empresas. Segundo Hansen e Oliveira todos esses conceitos englobam parte da variada literatura sobre desenvolvimento local além de possuírem características e elementos em comum: *todos são aglomerações associada com os novos processos locais de desenvolvimento [...] apresentando sutis divergências que permeiam essa diversidade terminológica.* (2007, p.377).

Os Distritos Industriais são formados por grande número de empresas de pequeno porte, envolvidas em vários estágios de produção, de um produto homogêneo. As relações são

horizontais, com adaptabilidade e capacidade de inovação coletiva, combinados a capacidade de satisfazer a demanda. Os distritos industriais não são apenas econômicos, mas também sociais formados a partir da cooperação e concorrência todos os membros são interdependentes.

Os ambientes inovadores tem como essência as inovações tecnológicas para proporcionar um desenvolvimento econômico consistente, pois com a abertura das fronteiras nacionais, ocorreu desenraizamento industrial. Assim é uma maneira de oferecer suporte às novas regiões industriais, possibilitando a constante renovação do conhecimento tecnológico.

Outro tipo de aglomeração industrial bastante difundida são os clusters, caracterizados por ter concentração setorializada e em cadeia. Neste tipo de aglomeração são consideradas as condições de fatores, de demanda e a as indústrias correlatas que tem a função de abastecer, além da rivalidade entre as empresas.

Quanto às condições de fatores referem-se aos elementos de produção que inserem as empresas na competição mundial, como a infra-estrutura através das vias de circulação para intensificar a fluidez do escoamento da produção, a disponibilidade de geração de energia, as telecomunicações e, sobretudo a presença de recursos humanos especializados, responsáveis pelo desenvolvimento de pesquisas e inovações. Assim, percebe-se que fatores como a mão-de-obra que na economia tradicional era essencial para localização e desenvolvimento industrial deixou de ser prioridade. Enquanto, condições de demanda referem-se às necessidades dos consumidores locais, logo, deve-se priorizar pela investigação com antecipação das necessidades desses clientes.

As indústrias de apoio são os fornecedores locais que irão abastecer os suprimentos necessários para contribuir com o processo de inovação do cluster. Assim, essa rede produtiva conjunta dos produtores proporciona maior eficiência e qualidade na produção.

Todas essas estratégias de aglomeração industrial embora se caracterizem pela complementaridade tem a competitividade como ponto estratégico de máxima importância para a sustentabilidade do desenvolvimento endógeno, pois a competitividade fortalece a economia além de propor a busca de novos conhecimentos e técnicas capazes de se manter no mercado. Como cita Garcez (2000), a rivalidade é uma das características entre os produtores, mas não os impede de juntar forças para ultrapassar obstáculos em comum, como infra-estrutura, insumos e acesso a novos mercados.

Além das estratégias abordadas acima, deve-se evidenciar outros elementos que contribuem para o desenvolvimento local. Pereira denomina esses elementos como tangíveis e intangíveis:

As variáveis econômicas não são suficientes para promover o desenvolvimento econômico socialmente justo. O desenvolvimento, acima de tudo, envolve fatores econômicos, sociais, culturais, políticos e ecológicos. Em se tratando do desenvolvimento local, implica dizer que este engloba uma perspectiva integrada do desenvolvimento, que vai além do referencial econômico, reunindo os aspectos humanos e sociais (2007, p. 101).

Segundo essa concepção, verifica-se que não basta a interação da sociedade, mas de todos os elementos que perfazem o espaço geográfico. É através da relação sociedade/natureza que os demais elementos surgem, completando essa interface. Entretanto, se faz salutar que todas essas relações devem agir harmonicamente, ressaltando que eles funcionam em cadeia, são interdependentes. Portanto, Todos os elementos devem interagir sem violar os limites dos demais.

#### **4. NOVAS PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL**

No âmbito das discussões sobre o desenvolvimento endógeno nas variadas esferas de abrangência, verifica-se que as teorias clássicas estão presentes nas discussões atuais de cientistas sociais, governantes, empresários e dos demais atores sociais. Nessa trama de relações aflora os discursos para proporcionar o desenvolvimento local. Entretanto, deve-se salientar a importância de análises profundas para o delineamento de projetos adequados para a realidade

de cada lugar e a condução de ações conjuntas e com objetivos em comum de proporcionar o crescimento econômico, junto ao desenvolvimento social.

A partir dessas interações o desenvolvimento local é substancial, pois ocorrerá a conexão das vocações locais junto ao conhecimento codificado, ou seja, o conhecimento técnico que é sistematizado em padrões universais. Dessa maneira, se funda as condicionantes para os processos de estruturação e organização espacial favoráveis a todos os membros.

A quebra de hierarquias entre esses agentes modeladores do espaço se faz necessário. Segundo Hansen (2003) essa interação é resultante da soma do conhecimento codificado junto ao conhecimento tácito. O primeiro se perfaz a partir do conhecimento técnico, o qual é sistematizado em padrões universais, sendo dissipado através dos meios técnico-científicos, anulando as barreiras materiais e imateriais. Assim, o conhecimento codificado se insere em diferentes lugares do planeta, contemplando os ideais expansionistas do sistema econômico capitalista e dos representantes.

Quanto ao segundo, o conhecimento tácito, Hansen (2003) o descreve a partir da *codificação enraizada na cultura* que é reproduzida nas interações cotidianas, relações de vizinhança, parentesco. Assim, o conhecimento tácito é específico, é algo peculiar a um determinado lugar, que é repassado para as novas gerações pelos seus precursores. Esse tipo de conhecimento se fortalece através das sociabilidades existentes no lugar.

Nessa perspectiva, cabe a essa análise recorrer à categoria geográfica lugar para obter uma compreensão aprofundada da contribuição que as vocações locais tem a subsidiar o desenvolvimento local. Independente da linha de pensamento geográfico, a categoria lugar tem o significado da especificidade, das experiências cotidianas, a vivência. Assim, no despertar dessas relações aflora o fortalecimento da identidade local, o sentimento de pertencimento, como salienta Carlos:

O lugar é produto das relações humanas, entre o homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. (1996, p. 29).

Nessa análise teórica é perceptível que as práticas locais e a aprendizagem de modo informal, vivenciadas no cotidiano são importantes, não só momentaneamente, mas em longo prazo, pois possibilita a manutenção do grupo e de suas atividades culturais. É por isso, que os projetos e ações de desenvolvimento local devem buscar a interação com os atores sociais para associar o conhecimento tácito com o conhecimento codificado.

Essa prática de permutar os conhecimentos enriquece os resultados, como ressalta Hansen:

A produção dos conhecimentos codificados e tácitos imersos no capital humano são fatores críticos para a promoção do desenvolvimento local. Particularmente, a facilidade do movimento intra-regional do conhecimento tácito é uma forte base para a criação de novas atividades econômicas (2003, p. 379).

Desse modo, criam-se oportunidades para poder extrair as especificidades de cada lugar, sem violar os direitos da comunidade local, convertendo as especificidades em oportunidades de inserção do lugar na rede mundial de relações.

## 5. CONCLUSÃO

O consenso entre essas teorias parte da quebra da hierarquia das decisões. Neste sentido, mesmo em um período de instabilidade econômica, se as decisões forem tomadas coletivamente e priorizando a implantação de projetos que priorizem as vocações locais o desenvolvimento não será passageiro, mas se tornará sustentável, pois a participação coletiva implica em ações fortalecedoras.

Neste sentido, para os novos paradigmas econômicos se solidificarem em uma determinada região é necessário uma base sólida que possa aderir e progredir nesse novo modelo de desenvolvimento, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições. Estes elementos tornaram-se indispensáveis na produção, pois estes são responsáveis pelo desenvolvimento rápido e contínuo.

Portanto, mesmo sendo mais vulnerável que a economia tradicional esse novo modelo de economia industrial contribuiu para o surgimento de novas regiões industriais, que até então estavam excluídas da economia global. Outro elemento a ser ressaltado é a quebra da hierarquia entre os poderes Central e Local, como também a participação ativa da comunidade. A partir dessas considerações percebe-se que as instâncias locais tem maior vantagem que as instâncias centrais, pois podem captar melhor as informações, além de poderem manter uma interação em tempo real, com produtores e consumidores finais.

A interação de todos esses agentes de forma coletiva e cooperativa na participação do desenvolvimento de uma região gera o fortalecimento de sua economia, reduzindo os riscos de instabilidade. Assim, verifica-se a importância da comunidade de forma ativa a fim de contribuir para a sustentabilidade local.

- 
1. CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
  2. DO AMARAL FILHO, Jair (2001). A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília: nº 23, 262-285p.
  3. DO AMARAL FILHO, Jair (2002). A grande transformação e as estratégias de desenvolvimento local, *Anais do VII Encontro Nacional de Economia Política* Curitiba, 28 a 31 de maio.
  4. GARCEZ, Cristiane M. D'Ávila. Sistemas Locais de Inovação na economia do aprendizado: uma abordagem conceitual. *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro. v 7, n. 14. P. 351-366, dez. 2000.
  5. HADJIMICHALIS, Costis e HUDSON, Ray. (2007) Repensando Desenvolvimento Local e Regional: Implicações para a prática política radical na Europa. *European Urban and Regional Studies* 14(2): 99–113.
  6. HANSEN, Dean Lee. Educação e Desenvolvimento Local. In: Maria Lúcia de Oliveira Falcón, Dee Lee Hansen e Edson Rodriguez Barreto Jr. (orgs). *Cenários de desenvolvimento Local: Estudos Exploratórios*. Aracaju: SEPLAN, 2003, p. 97-125.
  7. HANSEN, Dean. Lee; OLIVEIRA, Michele Santos. Aprendizagem, Capital Humano e Desenvolvimento Local: Uma Análise do Arranjo Educacional da Cidade de Aracaju. In: Ricardo Lacerda de Melo; Dean Lee Hansen. (Org.). *Desenvolvimento Regional e Local: novas e velhas questões*. 1 ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2007, v. , p. 371-408.
  8. MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio A. (org.) *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papius, 2000. Capítulo 8 p. 176-185.
  9. PEREIRA, Sudanês Barbosa. Os elementos intangíveis do desenvolvimento local. In: n: Ricardo Lacerda de Melo; Dean Lee Hansen. (Org.). *Desenvolvimento Regional e Local*. 1ª ed. São Cristóvão: UFS, 2007, v. , p. 101-130.
  10. PUTNAN, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 2ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.